



Comunicado de Imprensa n.º 13/418
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
30 de Outubro de 2013

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D.C. 20431 EUA

Declaração do FMI ao final da visita a Moçambique

Uma equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada por Doris Ross visitou Moçambique entre os dias 16 e 30 de Outubro de 2013 para realizar as discussões relativas à primeira avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, na sigla em inglês) de três anos que foi aprovado em Junho de 2013 (Ver [Comunicado de Imprensa n.º 13/231](#)). A equipa reuniu-se com o Primeiro Ministro, S. Excia. Alberto Vaquina e manteve discussões sobre políticas económicas com o Ministro das Finanças, S. Excia. Manuel Chang; o Ministro do Plano e Desenvolvimento, S. Excia. Aiuba Cuereneia; o Governador do Banco de Moçambique, S.Excia. Ernesto Gouveia Gove, diversos ministros sectoriais e altos quadros do governo. A missão reuniu-se também com o Presidente da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República, S.Excia. Eneas Comiche, e com representantes do sector privado, da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento. A missão encontrou-se ainda com a Governadora da Província de Nampula, S. Excia. Cidália Manuel Chaúque, para conhecer os desafios de desenvolvimento que a região enfrenta, e visitou a Zona Económica Especial de Nacala para compreender melhor a complexidade envolvida na implementação de grandes projectos de infra-estruturas e os progressos obtidos na atracção de empresas privadas que possam impulsionar o crescimento económico e o emprego na região.

A Sra. Ross fez a seguinte declaração em Maputo ao final da visita:

“A economia de Moçambique permanece dinâmica e recuperou rapidamente das graves cheias ocorridas no início de 2013. Calcula-se que o crescimento atinja os 7% este ano e acelere para 8,3% em 2014, apoiado pelos elevados níveis de actividade nas indústrias extractivas, serviços financeiros, transportes e comunicações. Após uma aceleração da inflação no primeiro trimestre do ano, as pressões inflacionárias abrandaram devido à recuperação da produção agrícola doméstica após as cheias e à apreciação do metical face ao Rand. Como resultado, a inflação de fim de período provavelmente continuará abaixo dos 5–6%, a meta do Banco de Moçambique para o médio prazo. O défice da conta corrente externa deve ascender aos 43% do PIB em 2013 devido ao aumento sustentado das importações associadas aos grandes projectos de investimento, e será financiado principalmente pelo investimento directo estrangeiro (IDE). Relativamente às operações do

governo, calcula-se que o saldo primário doméstico alcance o equilíbrio em 2013, apoiado pela receita extraordinária do imposto sobre as mais-valias, superior aos 4% do PIB, mas que venha a transformar-se num défice em 2014.

“Com respeito aos objectivos do programa, o desempenho até ao final de Junho foi amplamente satisfatório. Foram cumpridas a maioria das metas quantitativas para o final de Junho de 2013, e é provável que tenham sido cumpridas todas as metas indicativas para o final de Setembro. Continuou-se a registar avanços nas principais reformas estruturais, embora com algum atraso. A equipa discutiu o trabalho recente para aperfeiçoar o sistema de gestão do investimento público e indicou que será necessário envidar mais esforços para alinhar e vincular os projectos de investimento públicos e o endividamento externo às prioridades declaradas em matéria de políticas, à documentação do orçamento do Estado e à análise de sustentabilidade da dívida que lhe estão subjacentes.

“Tudo indica que Moçambique continuará a ser uma das economias mais dinâmicas da África Subsariana, em parte graças à expectativa de forte expansão do sector de recursos naturais. Nesse contexto, será importante continuar a manter o foco em políticas que atraíam o investimento noutros sectores da economia, em especial a agricultura, que garante o sustento de 80% da população moçambicana. Isso ajudará a garantir uma maior diversificação económica e a partilha mais generalizada dos benefícios do crescimento, em consonância com as prioridades e estratégias das autoridades em matéria de desenvolvimento e redução da pobreza. Igualmente importantes serão os esforços para consolidar o quadro orçamental com bastante antecedência em relação à entrada de receitas dos recursos naturais (a partir do final da década, segundo as previsões preliminares). A este respeito, a equipa recomendou que as receitas extraordinárias sejam reservadas para constituir uma margem de manobra que ajude a suavizar a despesa de investimento em infra-estruturas, saúde e educação (tomando em consideração as limitações em termos de capacidade de execução) e para a redução da dívida.

“No que respeita às políticas económicas e a proposta do orçamento para 2014, a equipa apoiou o objectivo das autoridades de reforçar a arrecadação de receitas e continuar a aumentar o investimento em infra-estruturas e nos sectores sociais, enquanto intensifica os esforços para garantir a eficiência do nível elevado de investimentos públicos. Para além disso, a equipa desaconselhou o uso de receitas de natureza extraordinária para financiar o aumento das despesas correntes (sobretudo salários e remunerações) e recomendou prudência no alargamento dos gastos públicos com bens e serviços. A equipa saudou os planos das autoridades de reduzir o volume de reembolsos do IVA pendentes e o atraso verificado nesses reembolsos, pois tal constitui um constrangimento para as actividades do sector privado.

“A equipa recomendou a inclusão das garantias do Estado e de outras fontes de risco orçamental na documentação do orçamento, nos instrumentos de planificação do

investimento e no quadro de gestão da dívida, em conformidade com as boas práticas internacionais. Recomendou que as possíveis actividades não comerciais associadas com a emissão de um “eurobond” em Setembro pela recém-criada Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), no montante de USD 850 milhões, seja incluída no orçamento de 2014 e reflectida com a transparência nas contas orçamentais.

“A equipa apoiou os esforços contínuos do Banco de Moçambique para criar espaço para o crédito ao sector privado, conter a inflação e aperfeiçoar a previsão da inflação e os mecanismos de transmissão da política monetária. No futuro, será importante refrear a expansão dos agregados monetários e acompanhar atentamente a evolução da inflação, face a orientação relativamente expansionista da política orçamental. Igualmente importante será a redução das barreiras estruturais ao crédito bancário – sobretudo às pequenas e médias empresas – inclusive no que respeita à capacidade de endividamento dessas empresas, ao uso de garantias e às reformas judiciais.

“A equipa também encorajou as autoridades a continuar a melhorar o clima de negócios para que o sector privado seja capaz de gerar oportunidades de emprego para o grande número de novos integrantes da força de trabalho.

“A missão agradece às autoridades pelas discussões construtivas e pela sua excelente hospitalidade.”